

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO COM HABILITAÇÃO EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS

IDENTIDADE E TRABALHO COLETIVO NAS COOPERATIVAS POPULARES: O  
PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES E CATADORAS NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE GOIÂNIA

ALBERTO CAMPOS DE OLIVEIRA FILHO

Goiânia – GO.

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO COM HABILITAÇÃO EM  
POLÍTICAS PÚBLICAS

IDENTIDADE E TRABALHO COLETIVO NAS COOPERATIVAS POPULARES; O  
PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES E CATADORAS NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE GOIÂNIA

ALBERTO CAMPOS DE OLIVEIRA FILHO

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho Final de Curso II e à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Políticas Públicas.

Orientador: DR. JORDÃO HORTA NUNES.

Goiânia – GO.

2017

ALBERTO CAMPOS DE OLIVEIRA FILHO

**IDENTIDADE E TRABALHO COLETIVO NAS COOPERATIVAS POPULARES; O  
PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES E CATADORAS NA  
REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Políticas Públicas, da Universidade Federal de Goiás defendido e aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ pela banca examinadora constituída por:

---

Prof. Dr Jordão Horta Nunes – Universidade Federal de Goiás  
(Orientador)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Tatiele Pereira de Souza – Universidade Federal de Goiás

---

Me. Fernando Antônio Ferreira  
Bartholo Coordenador da Incubadora Social da UFG  
Universidade Federal de Goiás

À minha família, amigos e colegas de caminhada, com especial apreço pelos catadores e catadoras de materiais recicláveis. Como diz o ditado, “caminhar é resistir”. O trabalho segue, a luta não para. Sigamos trabalhando por um mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

A Certamente chego até aqui com a feliz sensação de que nestes anos de vida na universidade pude experimentar uma vida intensa em todos os sentidos. Na tarefa de escrever uma nota de agradecimento para prestigiar este momento impar de minha vida, um filme sobre a minha trajetória na Universidade Federal de Goiás me faz lembrar o quanto estes anos me foram generosos.

Agradeço e dedico este trabalho aos meus familiares, aos meus parentes, amigos, colegas de trabalho e de vida acadêmica, e também aos professores com quem tive maior contato. Todos sabem quem são e por isso não irei aqui mencioná-los nominalmente. Parafraseando a canção que diz que “fundamental é mesmo o amor e que é impossível ser feliz sozinho, acrescento ainda que sozinho nesse mundo nada somos e agradeço por ter todos vocês ao meu lado seja nas horas de alegria ou tristeza.

Agradeço em especial a minha esposa, amiga, companheira de vida e por mim tão amada Sra. Crislâini Pricilla Nunes de Campos Oliveira. Obrigado por tudo. Agradeço ainda em especial a minha querida mãe Sra. Maria Aparecida da Silva que desde cedo me preparou para a vida sempre com muito amor e ensinamentos para que eu pudesse me tornar uma pessoa íntegra. Mãe, eu penso que estamos vencendo na vida. Estendo meu afago as minha queridas irmãs que me fazem tão orgulhoso. Por ultimo, agradeço ao meu Orientador o querido prof. Dr. Jordão H. Nunes pelo empenho e atenção a mim dedicados e pela valiosa contribuição a este trabalho.

Após todos esses anos de universidade e tudo que me ocorreu em termos de aprendizado e aspiração, gostaria de dizer que tudo que fiz nos desde meu ingresso no curso de ciências sociais valeu a pena. Nele eu pude dar forma a impressões do mundo que objective ao longo de toda minha vida. Nas palavras de Paulo Freire, “antes mesmo de ler Marx, já fazia minhas suas palavras”, e foi assim que pude dar sentido a antigas inquietações de um jovem operário que 10 anos antes de entrar para o ensino superior via com desconfiança a naturalização do fenômeno da pobreza e da desigualdade. Certamente foi por isso que me identifiquei logo com a causa dos catadores(as).

Dedico minha graduação a memória da minha filha que embora tenha tido apenas uma rápida passagem por nossas vidas tanto pode nos ensinar. Pequena Cecília, muito obrigado!

“As dificuldades práticas só podem ser definitivamente resolvidas através da prática e da experiência cotidianas. Não será um conselho de sociólogo, mas as próprias sociedades que encontrarão a solução.”

Émile Durkheim, 1858 – 1917.

## **RESUMO**

Este estudo buscou tratar do complexo universo dos catadores (as) de materiais recicláveis organizados sob as formas de associações e cooperativas de trabalho, a partir das peculiaridades provocadas pela rotina do trabalho cooperado. Vale destacar que, esses indivíduos estão inseridos em uma economia intitulada “solidária”, que busca a inclusão social de pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica. Espera-se que, com a organização deste campo de trabalho na medida em que haja o apoio do poder público e privado e, ocorra a inclusão social dessas pessoas proporcionada pelo reconhecimento quanto à sua cidadania, com base na valorização da própria identidade cooperada e atividade laboral realizada por eles. Logo, o objetivo aqui será o de analisar se essas organizações de fato conseguem ser promotoras destes processos e como as dinâmicas de interação entre esses indivíduos cooperados são influenciadas pelo trabalho coletivo ou podem influenciá-lo. Tal pesquisa estudou as questões referentes ao fortalecimento e desenvolvimento dessas organizações com base no contexto local da Região Metropolitana de Goiânia, estado de Goiás. Para tanto, foi combinado o estudo de literatura sobre tais temas, análise documental, observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos grupos de catadores e catadoras. Conclui-se que as cooperativas, embora todas as dificuldades visíveis aos nossos olhos, podem ser consideradas como espaços de inclusão e socialização para os catadores(as) .

### **PALAVRAS CHAVE:**

Cooperativas; Catadores (as); Cooperativas, Identidade; Trabalho Coletivo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>08</b>
<b>1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E OS CATADORES E CATADORAS</b>	<b>10</b>
1.1 Contexto histórico	10
1.2 A luta pelo reconhecimento e a busca por inclusão social	13
1.3 A condição socioeconômica	16
1.4 Políticas Públicas para os catadores (as) de materiais recicláveis	22
<b>2 IDENTIDADE E TRABALHO COLETIVO</b>	<b>24</b>
2.1 Conceito de Identidade	24
2.2 Cultura do trabalho cooperativo	27
2.3 Identidade, trabalho coletivo e socialização profissional no caso dos catadores(as).	31
<b>3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E IDENTIDADE COOPERADA</b>	<b>33</b>
3.3 A rotina no interior das associações e cooperativas	33
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>..</b>



## INTRODUÇÃO

Atualmente no estado de Goiás existem cerca de 50 grupos de catadores e catadoras de materiais recicláveis. A maior concentração destes grupos encontra-se na região metropolitana de Goiânia e Anápolis onde há 22 cooperativas e associações formalizadas ou em fase de formalização. Estas entidades que geralmente fazem parte de programas municipais de coleta seletiva, reúnem pessoas com diferentes trajetórias de vida, homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, mas que em comum possuem a necessidade de obter o seu sustento em condições muitas das vezes adversas a realização de seu trabalho. Este estudo busca tratar do complexo universo dessas pessoas organizadas sob o formato cooperativo para o desenvolvimento de sua atividade laboral a partir das peculiaridades provocadas pela rotina do trabalho coletivo. Ou seja, o objetivo aqui proposto é fazer uma análise sobre a relação entre o processo de inclusão social dos catadores (as) de materiais recicláveis a partir do advento das associações e cooperativas de trabalho.

O trabalho de catação de materiais recicláveis é em sua essência realizado por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em função disto é tido geralmente como uma atividade precária e marginalizada. Historicamente associado ao trabalho de pessoas nos lixões e ruas das grandes cidades, o trabalho dos catadores sob o formato coletivo no estado busca se auto afirmar como uma alternativa de geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os catadores e catadoras são os primeiros agentes de uma cadeia produtiva de enorme potencial econômico. No entanto, o que se vê na realidade é um cenário excludente e explorador onde estas pessoas se tornam bastante vulneráveis na cadeia da reciclagem que, de certa forma, se aproveita de uma mão obra extremamente barata.

Organizados em associações e cooperativas, os catadores estão inseridos em uma economia que se intitula solidária e que busca ser inclusiva às pessoas consideradas em situação de risco. Essa nova conjuntura de trabalho coletivo traz consigo o desafio de superação das dificuldades inerentes aos catadores dentro desta cadeia produtiva e busca ser um motor de ampliação da própria atuação do catador (a), que deixa de ser espelhado pelo seu trabalho estigmatizado e ganha contornos de valorização e crescente necessidade de desenvolvimento de sua categoria que, desde 2003, é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Em virtude de leis específicas, crescente debate sobre a questão socioambiental no país e mobilização dos próprios catadores (as), ocorre atualmente um movimento de transição desses trabalhadores que começam a deixar os lixões e ruas, onde desenvolviam seu trabalho de modo individual, para trabalharem em um formato de coletivo. Tal movimento decorre de um processo entendido como inclusão social dessas pessoas e surge na medida em que a atividade laboral nos lixões e ruas em todo o país é considerada inaceitável, tanto do ponto de vista ambiental quanto social.

Sendo assim, dado as circunstâncias comuns ao universo dos catadores, a criação de associações e cooperativas é tida como alternativa de inclusão social com a perspectiva de emancipação dessa classe de trabalhadores, valorizando sua atividade principalmente pelo seu carácter socioambiental.

Inseridos no formato de trabalho do cooperativismo e associativismo popular esses trabalhadores tentam lidar com a dinâmica do trabalho coletivo, bem como gerir suas entidades superando os principais desafios que este processo pode implicar. Ou seja, a rotina dos catadores (as) agora lhes exige lidar com as dificuldades existentes em um ambiente coletivo como o consenso e a constante busca pela organização.

Assim, esta pesquisa buscou avaliar o processo de inclusão social dos catadores (as) a partir do advento das associações e cooperativas. Para saber se há relação entre este processo de inclusão social e a rotina do trabalho cooperado, que tenha gerado resultados no sentido de uma lógica de organização e fortalecimento dos catadores (as) no contexto do estado de Goiás.

Foi realizado um recorte amostral que levou em consideração os grupos de catadores (as) organizados na região metropolitana de Goiânia e da chamada APA do João Leite<sup>1</sup>, sendo esta região, destacadamente, a de maior concentração desses grupos no estado goiano. A pesquisa também envolveu um minucioso levantamento bibliográfico sobre os temas propostos, sobre tudo a conceituação a respeito dos temas identidade, trabalho coletivo, economia solidária e cooperativismo popular e inclusão social. Temas estes que puderam contribuir para a obtenção de um conhecimento capaz de desvendar tal problemática. Paralela a ela foi realizado pesquisa documental, que buscou dar subsídio necessário para a aquisição de fontes mais diversificadas, tais como: documentos oficiais, leis, atas do poder público, sites de instituições públicas e

---

<sup>1</sup> Área de Proteção Ambiental João Leite-APA João Leite – Abrange os municípios de Goiânia, Terezópolis de Goiás, Goianápolis, Nerópolis, Anápolis, Campo Limpo de Goiás e Ouro Verde de Goiás.

privadas, além de jornais, relatórios de projetos, etc. Para apreender e demarcar qual o perfil atualmente dos catadores (as) inseridos nas associações e cooperativas, foi realizado também uma observação participativa por meio de visitas a sete (7) das vinte e duas (22) entidades existentes em nosso recorte. Além das visitas foram realizadas entrevistas semiestruturadas, totalizando uma amostra de trinta (30) cooperados representando cerca de 10% de toda população desses trabalhadores em cooperativas e associações. O questionário visou a obtenção de informações sobre o cotidiano destas organizações coletivas e efetivar o entendimento do tema proposto com base nas próprias narrativas dos (as) catadores (as). Ademais, realizamos ainda entrevistas não-estruturadas com diversos atores<sup>2</sup> do contexto geral sobre os catadores (as) no que compete nosso objeto.

## **1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E OS CATADORES E CATADORAS**

### 1.1 Contexto histórico

Como afirmam Arroyo e Schuch (2006), o verdadeiro motor da economia são os pequenos produtores, trabalhadores informais que apesar de obscurecidos quanto à legalização de suas atividades econômicas, movimentam as economias regionais por meio de seu poder de trabalho e consumo. Ideologicamente falando, a Economia Solidária (ES) se baseia nos princípios do Cooperativismo, diferindo-a principalmente quanto ao seu público alvo na medida esta primeira se preocupa com as chamadas “cooperativas populares” ou “cooperativas de trabalho”, como entidades de catadores de materiais recicláveis, agricultura familiar, pescadores, artesãos, etc. Enquanto que, no universo do cooperativismo, é comum ver referências de grandes empresas cooperativas como as do agronegócio por ex. Assim, a ES vai de encontro com o ideal do cooperativismo, mas entendendo-o como “Cooperativismo Popular”. Neste sentido, entende-se por cooperativismo popular o modelo de produção baseado na associação dos seus membros, de forma democrática e participativa, priorizando sempre o coletivo frente o individual com base nos princípios da 1. Adesão voluntária; 2. Gestão

---

<sup>2</sup> Para resguardar a identidade dos entrevistados será utilizado nomenclaturas em substituição a seus nomes verdadeiros. Exemplo, ator (A), (B).

democrática e livre; 3. Participação econômica dos sócios; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, treinamento e informação; 6. Cooperação entre as cooperativas e 7. Interesse pela comunidade (CANÇADO, 2004). A Economia Solidária pode ser vista como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver em resposta ao processo de exclusão provocado pelo capitalismo, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem, seguindo os princípios da, 1. livre adesão; 2. cooperação; 3. solidariedade e 4. auto gestão. (Portal do MTE/SENAIS).

Para Nunes (2009), a “ES é ao mesmo tempo uma prática real e um projeto de sociedade” (p. 21). A Economia Solidária e o Cooperativismo Popular dentre suas perspectivas mais relevantes, destaca-se a abertura de espaço em políticas públicas para o reconhecimento de grupos que trabalham com atividades até pouco tempo atrás tidas como marginalmente informais. Aqui, destacaremos o conceito da Economia solidária ao que Paul Singer, expoente maior sobre este assunto no Brasil, a destaca como sendo a própria antítese ao modelo capitalista e suas contradições. Singer (2002) traça um panorama conceitual sobre a Economia Solidária dizendo que “a economia solidária não é criação intelectual de alguém, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal ela não poderia proceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução.” (SINGER, 2002). A Economia Solidária no Brasil, embora venha sendo manifestada como alternativa para geração de trabalho e renda na forma associativa e sustentável, desde os anos 80, com contribuições valiosíssimas de entidades como a CÁRITAS e ANTEAG, ganha maior destaque em termos de Políticas Públicas, com a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) lotada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal em 2003, com a chegada do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Economia Solidária expressa formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. São milhares de atividades econômicas realizadas por organizações solidárias: cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas e

arranjos econômicos locais ou setoriais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos etc. (PNES<sup>3</sup>).

No que tange ao universo dos catadores e catadoras, outra importante contribuição em termos políticas públicas é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Regulamentada pela Lei N° 12.305 de agosto de 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu um prazo de cinco anos a contar de sua publicação para que todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes acabassem com os seu lixões implementando sistemas de coleta seletiva com a inclusão dos catadores e catadoras de materiais recicláveis (Lei 12.305/10). No entanto segundo estudo da ABRELPE (Associação das Empresas da Reciclagem) 62,5 % dos municípios goianos não possui coleta seletiva de seus resíduos sólidos urbanos. Já a Associação Compromisso Empresarial Para a Reciclagem (CEMPRE) aponta que somente 17% da população brasileira conta com serviços de coleta seletiva de materiais recicláveis, sendo a região centro-oeste a segunda menor taxa desse serviço alcançando apenas 7% da população. Ou seja, embora importantíssimo tanto do ponto de vista ambiental, quanto social, a preocupação com o gerenciamento adequado do “lixo” no Brasil ainda caminha com bastante dificuldade. “Esta dificuldade pode ser tanto pela composição do “lixo” como pelos preconceitos que envolvem o assunto...” (VALE, 2007). Regiane Caetano aponta que nossa sociedade além de não ter o tema do “lixo” como preocupação fundamental, tem consigo de forma praticamente cultural a ideia de que tudo aquilo que nos desagrada deve ser tratado a distância (CAETANO, 2012). Contraditoriamente a este pensamento, a partir do “lixo”, surge a reciclagem com um mercado promissor, gerador de riquezas e cada vez mais dominado pelas grandes empresas recicladoras que se aproveitam dos catadores na medida em que estas pessoas estão na linha de frente desta cadeia produtiva.

Pouco a pouco, com a sociedade cada vez mais tomada pela lógica do capital, os restos foram se tornando objeto de disputas políticas. Principalmente a partir da década de 1970, o lixo tornou-se objeto de contenda que entrelaça interesses públicos e privados, já que seu retorno ao ciclo produtivo se consolida através do desenvolvimento da indústria da reciclagem. (LOPES, 2008).

No sentido em que a reciclagem no Brasil se torna cada vez mais lucrativa do ponto de vista das entidades privadas que trabalham com a comercialização e beneficiamento desses materiais, surge assim a disputa pelo protagonismo no setor e,

---

<sup>3</sup> CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019) .

hoje, os catadores (as) nem de longe estão na posição que deveriam. E isso, mesmo sendo eles, os catadores considerados como agentes ambientais essenciais dentro dessa cadeia.

Os catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis desempenham papel fundamental na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com destaque para a gestão integrada dos resíduos sólidos. De modo geral, atuam nas atividades de coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, contribuindo de forma significativa para a cadeia produtiva da reciclagem (MMA<sup>4</sup>).

Acredita-se que o trabalho de catação de materiais recicláveis ocorra no Brasil desde o início do séc. XX nas grandes cidades do país. Já nos anos 50, Maria Carolina de Jesus trazia em relatos impressionantes a sua exaustiva rotina de trabalho no Bairro (favela) do Canindé em São Paulo, e um ponto de vista crítico sobre o problema social brasileiro. “Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar do descanso”. (JESUS, Maria. 1960, p. 7).

Embora o trabalho dos catadores venha sendo executado há décadas, as primeiras cooperativas e associações tenham surgido no início dos anos 90 com o apoio de entidades não governamentais (ONGs), foi a partir da capacidade de mobilização dessas pessoas na forma de movimento social que ocorreu entre 1999 e 2001 quando foi fundado o Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que a atividade de catação começou a ter a atenção significativa do poder público e privado. Em Goiás, a primeira cooperativa surgiu em 1998, mas foi somente partir de 2005 que houve um aumento significativo no número de grupos organizados.

## 1.2 A luta pelo reconhecimento e a busca por inclusão social

A fundação do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), que reuniu cerca de 1.700 trabalhadores e aconteceu durante o I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em junho de 2001 em Brasília, DF (MNCR, 2010), foi o marco para o desenvolvimento de uma agenda voltada para este público. Tendo como princípios fundamentais a participação popular e autogestão dos trabalhadores, o MNCR é a principal entidade de representação política para a luta pelo reconhecimento

---

<sup>4</sup> Ministério do Meio Ambiente.

e valorização dos milhares de catadores e catadoras de materiais recicláveis espalhados pelo país. Em 2003 a atividade laboral da catação foi reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o que concomitantemente à articulação política em torno da difusão da situação dos catadores do Brasil e da América Latina, impulsionou um processo identitário dos catadores enquanto categoria. “A crescente organização dos catadores constitui um divisor de águas na história desses trabalhadores, tendo na atuação em grupo uma ferramenta de inserção social” (IPESA, 2013).

A própria PNRS, instituída pela lei federal 12.305/10 em seu art. 8º, reconhece como um de seus instrumentos o incentivo à criação e desenvolvimento das cooperativas e associações de catadores (as) e estabelece como uma de suas várias metas a eliminação dos lixões associada a inclusão social desses trabalhadores. Segundo Cunha (2011), em estudo sobre grupos de catadores (as) em Goiânia no começo desta última década, o trabalho sob o formato coletivo possibilita a formação de um processo identitário que distingue o catador (a) organizado e “limpo”, da figura imagetivamente denegrada que vem do catador de rua, “sujo” ou até mesmo marginal. “Pertencer a uma cooperativa/associação é elemento capaz de promover a distinção entre o grupo de catadores: enquanto o associado se vê como trabalhador, o catador de rua passa a percepção de ser uma pessoa tentando justificar um pedido de esmola” (p. 56).

Como um indivíduo coisificado de maneira bastante pejorativa na medida em que sua atividade laboral é associada a algo que a sociedade quer distância, o catador organizado e politizado começa a alterar o estigma que o marcou enquanto um ser essencialmente excluído socioeconomicamente. Hoje o catador(a) de material reciclável é responsável por uma atividade econômica de enorme potencial a ser desenvolvido e com forte apelo socioambiental. No entanto a sua luta por reconhecimento ainda enfrenta as dificuldades que esse estigma da pobreza trouxe consigo em meio a uma sociedade historicamente desigual como no caso da brasileira.

Esses trabalhadores enfrentam uma situação paradoxal. Por um lado, são responsáveis pela transformação do lixo em mercadoria de interesse de grandes indústrias, que tanto lhes confere um papel central de um amplo circuito relativo à produção e ao consumo de bens, como caracteriza os catadores como verdadeiros agentes ambientais ao efetuarem um trabalho essencial no controle da limpeza urbana. Por outro lado, estes trabalhadores ocupam uma posição marginal na sociedade, com poucas oportunidades no mercado de trabalho, dadas suas carências em termos de formação profissional, bem como por serem pobres e relegados para espaços geográficos

suburbanos e marginalizados, bem como sofrerem diferentes tipos de exclusão no mercado de consumo e na dinâmica das relações sociais. De acordo com Medeiros e Macedo (2006), essa dura realidade que caracteriza as condições de trabalho do catador se insere na percepção de “exclusão por inclusão”, na qual o catador é incluído socialmente pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha. (IPEA, 2013 pg 7).

Em linhas gerais, a organização dos catadores é fundamental para que possam ter maior capacidade de reivindicação junto ao poder público e demais setores da sociedade para que estes possam desempenhar a sua atividade de trabalho da maneira adequada. E nesse sentido a constituição de associações e cooperativas aparece como referência em termos de inclusão social e afirmação na cadeia produtiva da reciclagem.

Em Goiás, os catadores (as) se organizam de maneira mais articulada desde meados dos anos 2000. Essa articulação teve como apoio da Universidade Federal de Goiás a partir das ações da Incubadora Social da UFG, que desde 2008, como projeto de extensão, trabalha junto aos catadores e catadoras no estado de Goiás. Em 2013, foi fundada a “REDE UNIFORTE” na cidade de Goiânia, decorrente da articulação dos catadores e com o apoio da UFG, esta rede de cooperativas conta com 5 cooperativas e 1 associação, tendo como objetivo o fortalecimento da comercialização destes grupos por meio de maior poder de negociação com as indústrias recicladoras. Ou seja, superar os chamados “atravessadores” e melhorar os preços de sua produção. As articulações a partir da criação da Rede Uniforte já trouxeram para os catadores e catadoras de Goiânia resultados expressivos como a sessão de caminhões oriundos de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) aplicados pelo Ministério Público do Trabalho de GO. Ainda por meio da relação com MPT/GO atualmente estão sendo construídos 4 galpões para 3 cooperativas e uma associação que pretende colocar a cidade como referência em termos de reciclagem com inclusão social desses trabalhadores.

Partindo da realidade que os catadores eram submetidos até a pouco tempo atrás, hoje o trabalho de catação ganha uma face mais diversificada não ficando apenas sob a referência aos trabalhadores dos lixões ou dos chamados “carrinheiros” de rua. E embora a criação das cooperativas e associações sejam tidas como alternativa de inclusão social para todos que se interessem em trabalhar com a reciclagem, existe ainda um número significativo de pessoas trabalhando principalmente nas ruas da cidade. No entanto, sobre tudo em Goiás, todas as discussões que envolvem a temática dos



catadores (as) têm sido protagonizadas por aqueles que estão sob o formato de trabalho coletivo.

### 1.3 A condição socioeconômica

A atividade de catação de materiais recicláveis no Brasil é marcada pelo trabalho dos catadores em situações distintas em termos de condições laborais. Esses catadores são subdivididos segundo suas formas de atuação para a atividade do seu trabalho em trecheiros: que vivem no trecho entre uma cidade e outra. Catam lata pra comprar comida; catadores do lixão: catam diuturnamente, fazem seu horário, catam há muito tempo ou só quando estão sem outras atividades de trabalho; catadores individuais: catam por si, preferem trabalhar independentes, puxam carrinhos muitas vezes emprestados pelo comprador que é o sucateiro ou depósito, e os catadores organizados: em grupos autogestionários<sup>5</sup> onde todos são donos do empreendimento, legalizados ou em fase de legalização como cooperativas e associações.

A região centro-oeste do país é responsável pela geração de cerca de 17 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos (Lixo) por dia. Pouco mais de um kg/hab/dia na média. Contrariando a PNRS, 70% deste volume ainda é destinado aos lixões segundo o relatório da ABRELPE<sup>6</sup> (2016). Segundo este mesmo estudo, os serviços de limpeza urbana movimentou cerca de 1,2 bilhões no ano passado. Em conversa com representante da COMURG, que é o órgão da prefeitura de Goiânia responsável pela limpeza pública, o programa de coleta seletiva da cidade coleta apenas cerca 5% do volume total de Resíduos produzido no município.

---

<sup>5</sup> Em artigo apresentado no evento “I Encontro Nacional Conhecimento e Tecnologia: inclusão socioeconômica de catadores realizado pela Universidade de Brasília em 2014, procurei ressaltar a ideia de *autogestão* no caso dos catadores como um princípio ainda incipiente e embora similar, não deve ser comparável com a definição marxista que a trata como; “Auto gestão plena em que Marx determina como a essência do comunismo, se concebe na medida em que ocorre a transformação plena da sociedade, ou seja é o auto governo dos produtores, que superam as estruturas de alienação que os aprisionam e buscam por meio de sua emancipação a radicalidade da transformação social constituindo assim a sociedade autogerida” ( Viana, 2008).

<sup>6</sup> Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) atua desde 1976 com a disseminação de estudos sobre gestão de resíduos no país. Desde 2003 publica anualmente um relatório intitulado “Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil” que traz informações sobre este setor.

O portal Rota da Reciclagem instrumento de mapeamento de entidades do setor da reciclagem aponta que existem 49 cooperativas e associações de catadores no estado de Goiás sendo que a maior concentração está na região metropolitana de Goiânia e em alguns municípios da chamada APA João Leite<sup>7</sup>, onde 22 grupos de catadores (as) atualmente estão em funcionamento. Em Goiânia, a COMURG, órgão da prefeitura responsável pela Coleta Seletiva afirma que 14 cooperativas recebem o material reciclável oriundo do programa da cidade.

#### **Quadro 1 – Cooperativas da Região Metropolitana de Goiânia e Anápolis**

<b>COOPERATIVAS</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
1. COORFAP	APARECIDA DE GOIÂNIA
2. COOCAP	APARECIDA DE GOIÂNIA
3. COOPER SÓLIDOS	ANÁPOLIS
4. COOPER CAN	ANÁPOLIS
5. COOPER TRIN	TRINDADE
6. COOPER SAG	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS
7. COOPER NERO	NERÓPOLIS
8. COOPER HIDRO	HIDROLANDIA
9. ACOP	GOIÂNIA
10. BEIJA FLOR	GOIÂNIA
11. COOCAMARE	GOIÂNIA
12. COOPER FAMI	GOIÂNIA
13. COOPER RAMA	GOIÂNIA
14. CARRINHO DE OURO	GOIÂNIA
15. NOVA ESPERANÇA	GOIÂNIA
16. CRESCER	GOIÂNIA
17. COOPERABEM	GOIÂNIA
18. FÊNIX CARROSSEL	GOIÂNIA
19. GOIÂNIA VIVA	GOIÂNIA
20. COOPER MAS	GOIÂNIA
21. COOPREC	GOIÂNIA
22. SELETA	GOIÂNIA

Fonte: [www.rotadareciclagem.com](http://www.rotadareciclagem.com)

<sup>7</sup> Área de Proteção Ambiental João Leite Localiza-se nos municípios de Goiânia, Terezópolis de Goiás, Goianápolis, Nerópolis, Anápolis, Campo Limpo de Goiás e Ouro Verde de Goiás.

Além de Goiânia que conta com o maior número de cooperativas, existem grupos de catadores organizados sob esse formato de trabalho nos municípios de Trindade, Hidrolândia, Aparecida de Goiânia com duas cooperativas, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, e também em Anápolis que conta com mais duas entidades.

Todos esses grupos fazem parte de programas de coleta seletiva de suas cidades, variando pelo grau de apoio das respectivas prefeituras ou empresas privadas. Esse apoio pode ocorrer através de repasse em valor financeiro as cooperativas para completo de renda, para o provimento de despesas básicas, cessão de galpão, execução da coleta seletiva, cessão de equipamentos ou ainda destinação de materiais de grandes empresas geradoras.

Abaixo, o levantamento realizado mostra a situação de apoio das 22 cooperativas do nosso escopo.

**TABELA 1 - COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DA RMG DISTRIBUÍDAS PELA NATUREZA DA SITUAÇÃO DA SEDE DO EMPREENDIMENTO**

Natureza da sede do Empreendimento	Goiânia	Aparecida de Goiânia	Anápolis	Santo Antônio de Goiás	Trindade	Nerópolis	Hidrolândia	Total
Alugada	11	1						12
Própria	3	1	1					5
Cedida pela prefeitura			1	1	1	1	1	5
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>22</b>

Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

Conforme demonstrado na tabela 1. das 22 cooperativas, todas legalizadas, 12 pagam aluguel, 5 possuem sede própria e outras 5 contam com ajuda das respectivas prefeituras para a manutenção de suas atividades por meio do pagamento de alugueis. A tabela 2. evidencia as cooperativas que já assumem relevante responsabilidade nos programas de coleta seletiva existentes.

**TABELA 2 - RESPONSABILIDADE DA COLETA SELETIVA NAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DA RMG**

Responsabilidade da Coleta Seletiva nas Cooperativas de Reciclagem da RMG	Goiânia	Aparecida de Goiânia	Anápolis	Santo Antônio de Goiás	Trindade	Nerópolis	Hidrolândia	Total
Prefeitura e Cooperativa	9	1						12
Prefeitura e Cooperativa	5	1	2					7
Prefeitura e Cooperativa				1	1	1	1	3
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>22</b>

Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

**TABELA 3 - APOIO FINANCEIRO PARA AS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DA RMG**

Repasso em R\$	Goiânia	Aparecida de Goiânia	Anápolis	Santo Antônio de Goiás	Trindade	Nerópolis	Hidrolândia	Total
Recebe para complemento de renda						1		1
Não Recebe	14	2	2	1	1		1	21
Total	14	2	2	1	1	1	1	22

Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

Já a tabela 3 chama a atenção para o fato de que, embora o apoio as cooperativas e associações com a contratação por serviços prestados seja de responsabilidade das prefeituras, na nossa amostra apenas 1 entre 22 entidades recebem algum tipo de repasse financeiro para o provimento de suas atividades.

Segundo dados da Incubadora Social da UFG, que trabalha com o assessoramento as cooperativas na região metropolitana de Goiânia e é referência nesse tipo de trabalho no estado de Goiás, existem cerca de 278 pessoas trabalhando com a catação nas 22 cooperativas na região metropolitana de Goiânia e Anápolis. Em relatório realizado a partir das ações da Incubadora Social da UFG após a execução do “Projeto Cata Sol<sup>8</sup>” que ocorreu entre os anos 2013 a 2016 e teve como um de seus principais objetivos a promoção do cooperativismo popular e economia solidária como alternativa para a problemática dos catadores no estado, a atividade da reciclagem realizada pelas cooperativas e associações na grande Goiânia geraram uma renda média de R\$ 1 salário mínimo por cooperado. Segundo este relatório;

O valor levantado pelo cadastramento aponta para uma renda individual girando em torno de 1 salário mínimo vigente no ano de 2016 (R\$ 880,00). Constatou-se que a renda acima do salário mínimo foi obtida em cooperativas mais antigas considerando o seu sistema de rateio a incluir um “bônus” por frequência a beneficiar aqueles catadores cooperados que não registraram faltas ao trabalho durante o mês. Da mesma forma, o sistema de rateio proporcionou renda menor aos catadores cooperados que registraram faltas e foram descontados de seu recebimento. Percebeu-se, ainda, que o valor da renda varia em

<sup>8</sup> O Projeto Catador Solidário (CataSol) Financiado pela SENAES/TEM e executado pela UFG

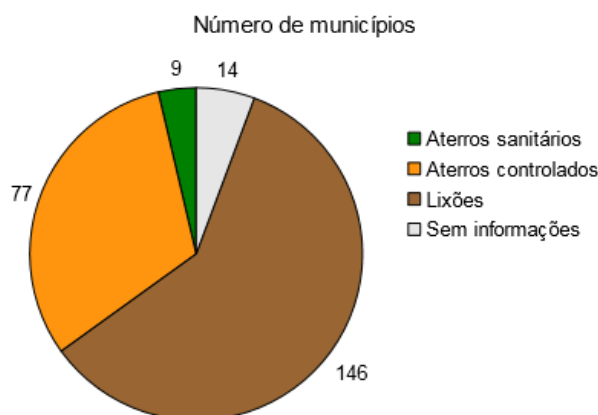
decorrência de fatores como: volume de material nas cooperativas, número de trabalhadores, preço do material comercializado e época do ano. (Projeto CataSol, 2017.)

Dentre as principais dificuldades, em termos de viabilidade, econômica para as cooperativas e associações estão a instabilidade do programa de coleta seletiva e a dependência de comerciantes locais do setor da reciclagem, os chamados “atravessadores”. Em função da escassez de indústrias de beneficiamento dos materiais recicláveis na região centro oeste, as cooperativas vendem sua produção para comerciantes locais que pagam um preço muito barato para poderem revender as grandes indústrias do ramo que geralmente se localizam na região sudoeste do país. As cooperativas de Goiânia vêm se estruturando de acordo com as conquistas obtidas por meio de articulação junto as esferas pública e privada na região. Hoje, praticamente todas elas fazem algum serviço próprio de coleta seletiva, não dependendo exclusivamente da prefeitura e para superarem o gargalo da comercialização as principais cooperativas da cidade fundaram a supracitada “Rede Uniforte”.

Outro fator que reflete bem a situação econômica dos catadores em Goiás é a falta de programas de coleta seletiva que ocorre na maioria dos municípios do estado. Percebe-se a falta de preocupação ambiental presente nas discussões públicas evidente na própria disposição final dos resíduos sólidos urbanos no estado. O relatório do Gabinete de Planejamento e Gestão Integrada do MP-GO<sup>9</sup>, que teve como base de análise os dados da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), aponta que apenas 9 municípios goianos contam com Aterros Sanitários. Ainda não há um dado que aponte com rigor o número de cidades goianas que possuem programa de coleta seletiva como no caso do nosso recorte.

---

<sup>9</sup> Continuação do Relatório de Informações Estratégicas n. 002 - 03MAI2012. Disposição dos Resíduos Sólidos Urbanos – 2009.

**GRÁFICO 1 – DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS NO ESTADO DE GO**

Fonte: Ministério Público do Estado de Goiás.

Dentre as principais dificuldades, em termos de viabilidade, econômica para as cooperativas e associações estão a instabilidade do programa de coleta seletiva e a dependência de comerciantes locais do setor da reciclagem, os chamados “atravessadores”. Em função da escassez de indústrias de beneficiamento dos materiais recicláveis na região centro oeste, as cooperativas vendem sua produção para comerciantes locais que pagam um preço muito barato para poderem revender as grandes indústrias do ramo que geralmente se localizam na região sudoeste do país.

As cooperativas vêm se estruturando de acordo com as conquistas obtidas por meio de articulação junto as esferas pública e privada na região. Hoje, praticamente todas elas fazem algum serviço próprio de coleta seletiva não dependendo exclusivamente da prefeitura e para superarem o gargalo da comercialização as principais cooperativas da cidade fundaram a supracitada “Rede Uniforte”.

#### 1.4 Políticas Públicas para os catadores (as) de materiais recicláveis

Ainda hoje, saber o número de catadores (as) em todo o país é algo bastante incerto, devido à complexidade de identificação dessa população. Porém, ao analisar as principais referências sobre o assunto, é possível observar que esta população vem

crescendo e ganhando novas características como a configuração das cooperativas e associações, a diminuição dos catadores nos lixões das grandes cidades e o aumento do número de catadores de rua. Outra mudança estrutural dessa cadeia produtiva pode ser observada pelo perfil desses trabalhadores, onde muitas pessoas vem ingressando na atividade da catação devido a atual conjuntura econômica do país e pela própria valorização da atividade econômica pela cadeia da reciclagem obtida nos últimos anos. Segundo o IBGE, em pesquisa sobre o saneamento básico realizada em 2008 existiam naquela época 70.449 trabalhadores espalhados nas chamadas áreas urbanas das grandes regiões do país, porém esse número se torna um tanto quanto impreciso pois a mesma pesquisa aponta que cerca de 50% dos municípios brasileiros desconheciam naquela época a existência de catadores em exercício em suas localidades (IBGE, 2008). Segundo estudo do IPEA em 2010 havia em todo país 400 mil pessoas que se declararam catadores e catadoras de materiais recicláveis. O Sies (Sistema de Informações de Economia Solidária) em levantamento específico entre os anos de 2009 e 2012, levantou a existência de 692 empreendimentos de reciclagem (associações e cooperativas) com cerca de 21.164 trabalhadores envolvidos nestes grupos (Brasília, 2013). Estes números podem subir ainda mais como aponta o próprio MNCR que estima a existência de cerca 800 mil trabalhadores envolvidos com a catação espalhados em todo o Brasil. No que se refere aos números no estado de Goiás, está informação torna-se ainda praticamente desconhecida ou pelo menos imprecisa. Em levantamento realizado pela Incubadora Social da UFG no ano de 2014, foram cadastrados no estado 1.185 pessoas trabalhando com a catação de materiais recicláveis seja de maneira individual ou nas organizações coletivas na região metropolitana de Goiânia. Independentemente dos números, estima-se que na maioria das cidade brasileiras onde se têm lixões, ocorre a atividade de catação de materiais recicláveis.

O portal “Rota da Reciclagem” aponta a existência de 49 grupos de catadores no estado de Goiás, organizados ou em fase de organização e em diferentes níveis quanto ao seu desenvolvimento. Há cooperativas estruturadas em Galpões, com caminhões próprios, como no caso das entidades de Goiânia, e há também grupos de catadores ainda trabalhando de maneira precária em lixões principalmente no interior do estado. Em termos de regulação, as cooperativas de catadores trabalham sob as diretrizes da Lei 12.690 de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de Trabalho, que impõe medidas técnicas a respeito da rotina de laboral de maneira similar

ao que ocorre com a CLT como, horário de trabalho, descanso anual remunerado, dentre outros.

O processo de desenvolvimento das cooperativas e associações acaba sendo influenciado também pelas dificuldades externas na medida em que o universo dessas pessoas está diretamente dependente de uma questão pública, como é o caso da gestão dos resíduos sólidos urbanos e que depende ainda da participação e sensibilidade da própria sociedade. Se as cooperativas e associações não geram a viabilidade econômica aos seus membros, estes ficam sujeitos a trocarem os empreendimentos por qualquer atividade no mercado formal capitalista (NUNES, 2009). Desta maneira, para que o desenvolvimento e fortalecimento dos catadores e catadoras de materiais recicláveis por meio de sua atividade de trabalho, é imprescindível a consolidação destas políticas públicas discutidas neste trabalho.

Howlett e Anthony (2013) sintetiza a definição de políticas públicas a partir de Thomas Dye, destacando-a como uma ação ou ações de cunho governamental onde o estado tem o papel de agente primário na elaboração de uma política pública devido o seu carácter de tomada de decisão em nome dos cidadãos:

A política pública envolve a própria capacidade de identificar os problemas e aplicar as soluções encontradas por meio de deliberações, discursos e uso de instrumentos políticos. Ou seja, é uma determinação consciente de um governo... que produz efeitos na vida da sociedade (HOWLET; ANTHONY, 2013).

Nesse sentido, como no estado de Goiás há ainda um número baixo de programas de coleta seletiva, além de problemas pontuais nos existentes como o não pagamento por serviço prestado, ineficiência de coleta seletiva, falta de estrutura física dentre outros, o grande desafio a ser superado pela organização dos catadores (as) é o próprio cumprimento da PNRS, considerada como o norte em termos de inclusão social para este público.

## **2 IDENTIDADE E TRABALHO COLETIVO**

### **2.1 Conceito de Identidade**



Em linhas gerais, a sociologia trata de maneira umbilical a relação entre indivíduo e sociedade. Assim, os processos de construção das identidades podem ser entendidos como uma construção constante e decorrente desta relação. No livro “A Crise das Identidades”, Claude Dubar (2006) aponta duas correntes de pensamento que, desde a origem do pensamento filosófico, tentam trabalhar uma definição para o problema das identidades: para corrente Essencialista que traz uma concepção mais pragmática trata a identidade como inata e imutável. Contrária a essa visão, a concepção Nominalista se opõe a ideia das “essências eternas” destacando o fator da mudança identitária a partir de variados pontos de vista distintos e determinados contextos históricos.

Não há essências eternas. Tudo é submetido a mudança. A identidade de qualquer ser empírico depende da época considerada, do ponto de vista adotado. Quais são então, neste caso, as categorias que permitem saber alguma coisa sobre estes seres empíricos em constante mutação? São as palavras, os nomes que dependem do sistema de palavras em uso, servindo, num determinado contexto, para as nomear. São os modos de identificação, historicamente variáveis. Esta corrente denominar-se-á nominalista, por oposição a essencialista.” (DUBAR, 2006 - pg 8).

Condicionada a partir das trajetórias de vida dos indivíduos, a identidade pode ser fixa ou mutável, consciente ou inconsciente, objetiva ou subjetiva, atributiva quando advém de uma identificação própria (*Self*) ou de reconhecimento que é quando necessita do outro. Para Dubar, (2006), as identidades possuem duas faces distintas, sendo a primeira as identidades para si, e as segundas identidades para os outros.

Embora tenhamos os processos identitários impulsionados pelas instituições, sobretudo a partir das relações de poder, há também aqueles processos que emergem da própria necessidade de autoafirmação de determinados indivíduos. Anthony Giddens chama a atenção para a construção da identidade a partir das narrativas autobiográficas e nesse sentido traz o conceito de auto-identidade. Nobert Elias empenha-se na configuração dos processos que remontam ao desenvolvimento de estruturas sociais de personalidade que modela a identidade individual a partir das experiências. Segundo Rosa (2007), ambos os autores abordam a identidade trabalhando a ideia da interdependência dentro da dicotomia indivíduo-sociedade. Elias dialoga sobre tudo com a filosofia se contrapondo a ideia de um “eu” desconectado das relações sociais. Já Giddens dedica maior atenção ao debate com a psicologia e traz a ideia de auto-identidade como decorrente da trajetória de vida que pode ser entendida como uma biografia reflexivamente organizada. Embora não consista eminentemente no

comportamento individual, a auto-identidade se baseia na própria capacidade da pessoa em estabelecer e dar continuidade a uma narrativa sobre sua própria história. Giddens trabalha as ideias de “estruturação e reflexividade” para discorrer sobre como as ações individuais e coletivas se rotinizam ao longo do tempo.

O conceito de identidade proposto por Giddens envolve também algumas conceitualizações que ilustram o eu na vida cotidiana. Um primeiro conceito é o de “segurança ontológica”, que se relaciona ao caráter implícito da consciência prática, ou seja, daquilo que os agentes são incapazes de elaborar na forma de discurso. A segurança ontológica é, portanto, uma resposta a possíveis questões que o indivíduo se faça. Essa resposta é que alicerça uma base cognitiva, emocional e existencial garantindo o prosseguimento da rotina. (ROSA, 2007 Pg 141).

Ainda de acordo com Rosa (2007), Elias “afirma que as pessoas estão ligadas a sentimentos de identidade em unidades de sobrevivência específicas e apresentam uma grande propensão para projetar nelas parte de suas autoestimas.” (pg. 139).

Nobert Elias (1994), em seu livro a “Sociedade dos Indivíduos”, discorre sobre a identidade relacionada a um processo condicionado pela trajetória de vida dos atores. Este processo, geralmente inconsciente faz parte próprio do *habitus* social dos indivíduos e segundo o autor, está aberta à individualização. “Essa identidade representa a resposta à pergunta “Quem sou eu?” como ser social e individual.” (pg. 124).

Manuel Castells (1999), em sua obra “O poder da Identidade”, chama a atenção para o papel dos significados no processo de construção identitária e traz em sua conceituação a importância da distinção entre identidade e papéis desempenhados pelos indivíduos socialmente. “Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. “Entendo por identidade, o processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados.” (CASTELLS, p. 22). De acordo com o autor os indivíduos podem ter múltiplas identidades e essa pluralidade pode coincidir com os papéis sociais (trabalhador, mãe, militante, frequentador de igreja e até fumante) que são geralmente definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. As identidades constituem-se como fontes de significados, simbolicamente internalizados pelos atores a partir de um processo de individualização. Os papéis dizem respeito às funções e influenciam o comportamento das pessoas na medida em que depende de negociações e acordos entre indivíduos e instituições. O autor chama a atenção para o contexto das relações de poder no processo de construção social das identidades e distingue esse processo em três formas diferentes;

**Identidade Legitimadora;** introduzida pelas instituições dominantes sendo a base da sociedade civil... **Identidade de Resistência;** criada por atores em posições/condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação... **Identidade de projeto;** quando os atores, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e ao fazê-lo buscam a transformação de toda a estrutura social... (CASTELLS, 1999, p. 24).

Para Castells (1999), cada um desses processos pode resultar em diferentes contextos sociais. Enquanto a identidade legitimadora que possui um carácter institucional condiciona a sociedade civil estruturada pela lógica da dominação. A identidade de resistência é aquela que emerge de baixo para cima sendo a base da resistência coletiva e, com este processo temos a formação das comunidades. A terceira é a identidade de projeto, e seria fruto de uma emancipação do sujeito a partir de uma identidade do oprimido, porém tendo como norte a transformação da sociedade sob seu ponto de vista.

Como vimos, o conceito de identidade do nosso ponto de vista sociológico deixa claro a sua complexidade e espaços para o desenvolvimento de sua conceituação. Cada autor que contribui para uma visão sobre este tema e traz, também, novos elementos a serem analisados e discutidos. Dubar (2006) trabalha com a concepção Nominalista e ressalta o fator de mutação das identidades ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos. Castells (1999) destaca a identidade como fonte de significados e experiências de um povo e a distingue dos papéis sociais definidos pelas normas e acordos e chama a atenção para contexto das relações de poder no papel de construção social das identidades e aponta três formas e origens de construção identitárias, sendo: 1. legitimadora, 2. de resistência e 3. A identidade de projeto. A visão dos processos identitários decorrente da experiência e condicionado ao aspecto simbólico é evidenciada por Norbert Elias que associa tal processo a ideia de *habitus* social. A identidade também possui o seu carácter autobiográfico como vimos em Giddens que ressalta o “eu” na vida cotidiana e relação das estruturas e práticas que rotinizam ao longo do tempo e assim interferem nas ações individuais e coletivas.

Esta multiplicidade de conceitos e interpretações sobre o tema da identidade, marcante no debate entre as concepções essencialista e nominalista, expressa o que Dubar chamou de “Crise das Identidades”, na medida em que já não se é possível ou simplesmente tarefa fácil investir em definições rígidas e esse respeito.

No de baldar do terceiro milênio, nenhuma forma pode ser considerada como dominante sobre todas as outras e dotada de uma legitimidade superior. Sem dúvida que por detrás destes processos em curso, se pode identificar atores coletivos, práticas sociais, relações de poder e tentar avaliar as hipóteses de dominação, de legitimação e de sucesso. Mas estas antecipações não projetam uma nova configuração histórica das formas de identidade, cujo agenciamento parece, cada vez mais contingente muito imprevisível. (DUBAR, 2006 – pg 50)

De maneira resumida e a partir dos autores acima, podemos concluir que a identidade tem a ver com a relação entre a capacidade do indivíduo em se ver e a forma como é visto pelos outros e, como esta relação implica em seu comportamento, seja a partir de estímulos pessoais, sejam pelas convenções sociais, ou seja decorrente de sua experiência de vida, sendo estes conscientes ou não.

## 2.2 Cultura do trabalho cooperativo

O fenômeno do trabalho remonta à própria existência da humanidade. Embora desde a antiguidade já houvesse certa relação de trabalho entre os indivíduos, foi com a advento da modernidade e o desenvolvimento da indústria sobre tudo capitalista que se começou a perceber e problematizar esta relação. Por meio do trabalho foram desenvolvidas e constituídas muitas das relações sociais que temos hoje em dia.

A análise da sociedade a partir da chamada divisão social do trabalho, trazida pelos clássicos da sociologia como Durkheim e Marx, nos mostra que as relações de trabalho ora unem os indivíduos, na medida em que gera um sentimento de solidariedade entre aqueles que são submetidos as mesmas funções, ora os separa sobretudo pelo fenômeno da luta de classes e pela cisão entre o trabalho manual e o intelectual. Segundo Durkheim, a divisão social do trabalho pode ser vista como a fonte de civilização sendo a condição necessária para o desenvolvimento material e intelectual das sociedades.

Durkheim (1999), em seu livro “A divisão Social do Trabalho”, buscou compreender a divisão social do trabalho vista como a fonte de civilização sendo a condição necessária para o desenvolvimento material e intelectual das sociedades. Porém, segundo o autor o aspecto mais relevante da divisão social do trabalho é a

constituição, em maior ou menor intensidade, de uma espécie de *solidariedade social*<sup>10</sup> mecânica ou orgânica, fruto de uma consciência coletiva e de valor moral, que age de modo a ligar os indivíduos. (pg 14)

Embora a divisão do trabalho possua sua face perversa, como podemos ver em Marx (1988) sobre o trabalho alienado, típico da indústria capitalista, aqui iremos concentrar os esforços para entendermos as peculiaridades do trabalho realizado de forma coletiva, e deixaremos de lado a crítica à economia política e à relação complexa do trabalho sob o ponto de vista da desumanização provocada pela objetificação do trabalhador. Contudo, ficaremos com a definição mais objetiva dada por Marx em sua obra clássica “O Capital” onde, segundo o autor, ao trabalhar o conceito de mercadoria<sup>11</sup>, aponta o trabalho como sendo um dispêndio de força do homem no sentido fisiológico, sob forma adequada a um fim e nessa qualidade de trabalho concreto e útil se produz valores de uso. (pg 53). Ou seja, para Marx a própria força de trabalho, seja ela mais ou menos especializada, se converte em mercadoria. E na medida em que se desenvolve a técnica industrial esse trabalhador se vê alienado, dentre outras coisas, por não se sentir reconhecido quanto a natureza dessa atividade produtiva. (OLIVEIRA, 2007).

Do ponto de vista do capitalismo, o taylorismo e o fordismo aparecem como duas das formas de organização da produção industrial que norteiam a própria disposição da força de trabalho. A divisão técnica do trabalho, a padronização e rotina nas atividades do trabalhador e o controle na execução e no tempo gasto para cada tarefa marcam as principais características de um sistema de produção que visa a maximização dos lucros a partir de uma racionalização extrema do processo. (ver citação).

Se o capitalismo configurou as formas de trabalho de maneira a criar e racionalizar a capacidade produtiva. Esta racionalização também gerou profundas cicatrizes nas relações sociais materializadas pela ótica da desigualdade e exclusão social. Paralelo a todo este processo, as formas comunitárias de desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo para a sub-existência, se converteram no conhecido universo que hoje conhecemos como cooperativismo popular ou, ainda, economia

---

<sup>10</sup> Durkheim (1999) traz o conceito de solidariedade mecânica e orgânica. A primeira típica das sociedades menores e ditas simples requer uma consciência social menor em função da pouca interdependência entre os indivíduos. A segunda, presente nas sociedades industriais ou complexas, requer mais consciência social e tende a se preponderar sobre a primeira.

<sup>11</sup> Karl Marx, 1988. Cap. I - A Mercadoria.

solidária, como vimos no primeiro capítulo. Segundo NUNES (2009), em sua essência, as cooperativas, desde a experiência conhecida como os pioneiros de Rochdale, forma criadas como contra ponto ao modo de funcionamento da sociedade capitalista (pg. 42).

A dinâmica do trabalho coletivo, objetivo desta pesquisa, se refere às práticas da chamada Economia Solidária e do Cooperativismo Popular, já descritas aqui anteriormente. Nesses dois modelos de relações sociais de trabalho, diferentemente do ambiente empresarial, prevalecem relações menos hierárquicas com foco na cooperação entre os trabalhadores e na tentativa de uma organização que leve em conta a participação de todos, ou pelo menos, da maioria, nos assuntos das cooperativas e associações. Essa é a autogestão, onde, em princípio, todos são responsáveis pelo trabalho não havendo a figura de um patrão, mas sim de líderes que representam seus respectivos grupos. A eficiência deste formato de trabalho, sobretudo no caso dos catadores, está intrínseca ao interesse de todos e a própria capacidade dos grupos de estabelecerem seus acordos, de se relacionarem com o mínimo de conflitos possível.

Mancur Olson teoriza sobre a o comportamento coletivo voltado para o provimento de objetivos comuns entre os indivíduos. Em sua obra *A Lógica da Ação Coletiva* (1999), o autor aponta que nem todos os indivíduos se sintam motivados a participar das iniciativas com vista ao interesse coletivo, pois mesmo que não participem, estes acabam por receber os benefícios ou malefícios destas ações (FILHO; BELLO 2014)<sup>12</sup>. Segundo Olson, os indivíduos, mesmo que com objetivos comuns, possuem certo grau de desigualdade no que se refere a sua disposição para realizarem as ações necessárias para se chegar a esses objetivos. O autor diz que é necessário certos incentivos independentes ou, até mesmo, certo grau de coerção para que o grupo coletivamente consiga agir de maneira racional e com vista a alcançar os resultados esperados. Nesse sentido, em grupos menores a lógica da ação coletiva de maneira menos complexa do que em grupos maiores.

O fato de que a parceria ou sociedade pode ser uma forma institucional de trabalho viável quando o número de parceiros é pequeno, mas que é geralmente mal sucedida quando o número de parceiros é muito grande, pode constituir mais uma ilustração das vantagens dos grupos pequenos. OLSON ( p. 67).

Esse aspecto da ação coletiva trazido por Olson traduz bem a necessidade de organização para as cooperativas, na medida em que estas dependem do carácter

---

<sup>12</sup> FILHO, Alberto; BELLO, Carlos. Em artigo apresentado no evento II Encontro Pró-catador em Brasília, 2014, procurei trabalhar o conceito de ação coletiva para discorrer sobre a autogestão nas cooperativas.

participativo para conseguirem desenvolver suas atividades. Em todas as cooperativas e associações da região metropolitana de Goiânia e Anápolis, os catadores, sejam os mais, ou os menos organizados, trabalham sob o regime de rateio ou partilha dos rendimentos advindos da comercialização dos materiais recicláveis. Nesse sentido, muitas vezes é comum, no interior dessas entidades, conflitos em função de alguns se sentirem prejudicados devido a suposta falta de cooperação e produtividade de outros.

A rotina do trabalho coletivo para os catadores (as) se torna desafiadora, justamente, na medida em que no interior das cooperativas e associações de catadores (as), prevalecem os acordos mútuos entre os seus membros, ora com algum tipo de estímulo, ora com algum tipo de coerção via figura de liderança, por exemplo. No entanto, os laços sociais entre estes indivíduos, geralmente reforçados pela via identitária, aparecem como estrutura fundamental para a rotina do trabalho no interior das cooperativas (NUNES, 2001). A autora afirma que no interior das cooperativas analisadas em sua pesquisa<sup>13</sup> existe certa viabilidade social capaz de superar as fragilidades econômicas e que esta decorre do processo indentitário possibilitado pelas relações no trabalho. Para a autora a viabilidade das cooperativas dependem do seu capital que pode ser, tanto econômico, quanto político, cultural e social, e aponta que “o ressurgimento das cooperativas no Brasil deve ser atribuído a atual crise do mercado de emprego no país. A forma cooperativa vai de encontro com a nova forma de reconfiguração da forma de trabalho e de gestão da força de trabalho.” (p. 143-144).

### 2.3 Identidade, trabalho coletivo e socialização profissional no caso dos catadores (as).

A tarefa do trabalho coletivo já seria complexa suficientemente para uma categoria de trabalhadores dotados de insumos específicos para a realização de sua atividade produtiva como conhecimentos técnicos e administrativos. Esse desafio, no caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis, torna-se muito mais delicado devido ao histórico da atividade de catação e do próprio perfil das pessoas que se submetem a esse trabalho. Desde há muito tempo, o trabalho de base feito pelos catadores foi marcado por reunir os chamados excluídos, que na medida do possível, desenvolveram características particulares de relacionamento e operacionalização

---

<sup>13</sup> Em seu trabalho intitulado, “Cooperativas; uma possível transformação identitária”, Christiane Nunes (2001) analisou as cooperativas a partir de um escopo mais amplo dentro da Economia Solidária, não focando apenas nas cooperativas de catadores, como é o nosso caso aqui.

necessárias ao seu trabalho. Assim, com o advento das cooperativas e associações, essas pessoas precisam lidar com a constante busca por organização e tomada de decisão de maneira coletiva. Lidam diariamente com conflitos de relacionamento e superam-se para desempenhar a atividade de catador de maneira viável economicamente, mesmo frente a falta de aperfeiçoamentos e estruturas necessárias.

Desde crianças aprendemos, seja pela cultura, seja pela própria educação, que a relação de trabalho “natural” é a relação patrão-empregado. Quem não preenche os requisitos necessários para obter uma vaga de trabalho fica fora do chamado emprego formal, e precisa adaptar-se as mais distintas realidades. Trabalho informal, temporário, subemprego são algumas dessas alternativas. Porém, como já dito no primeiro capítulo deste estudo, mesmo que obscurecidas, várias atividades produtivas movimentam a economia do país. De uma maneira pouco formal de se falar, todos comem, todos bebem e todos precisam de alguma forma de no mínimo garantir sua subsistência. Deste modo a atividade de catação de materiais recicláveis foi acontecendo, e hoje, movimenta uma grande cadeia produtiva.

Ao analisar as cooperativas, vê-se que o trabalho dos catadores já não mais possui somente o carácter impactante de outros tempos quando essa atividade era desenvolvida, eminentemente, nos lixões e nas ruas, principalmente das grandes cidades.

Para que os catadores e catadoras de materiais recicláveis pudessem atingir uma relevância política no sentido de buscar, tanto o apoio dos poderes público e privado, quanto a sua própria auto organização coletiva, foi preciso disseminar a importância do papel dos catadores (as) destacado pela sua função socioambiental. Neste sentido foi imprescindível tanto o apoio de organizações da sociedade civil, universidades, quanto a própria criação do MNCR que trabalhou pelo reconhecimento da categoria com base na defesa de uma identidade coletiva que possibilitou a este novo catador (a), consciente de sua condição, ser visível aos olhos da sociedade.

O Livro “Do Lixo a Cidadania” (IPESA, 2013) narra parte da saga dos catadores norteados pela atuação do MNCR no sentido de desenvolver uma consciência de classe voltada para o fortalecimento da categoria e para a própria valorização da atividade.

A identidade profissional foi um ponto forte na organização da categoria. Era preciso entender que os catadores estavam inseridos numa cadeia produtiva... ..mas uma cadeia produtiva suja, que sobrevive da exploração de quase um milhão de pessoas só no Brasil.



Quando o trabalhador se dá conta da importância da atividade que está exercendo e do fato de ser parte de um ciclo muito maior, há uma compreensão mais elaborada sobre sua função social e o despertar da sua consciência de classe (p. 116-117).

Dubar (2012) chama a atenção para o conflito discursivo em torno da ideia de socialização do trabalho com base na distinção entre trabalhos positivos e ocupações menos prestigiadas. Essa discussão, que é comum a sociologia funcionalista, trata como profissões apenas atividades de reconhecidas áreas laborais, como o ofício médico, dos advogados e engenheiros, além de outras áreas afins, sendo essas atividades que trazem consigo, além de autonomia em relação as suas categorias, uma alta valorização financeira. Dessa maneira a identidade construída a partir de determinadas funções de trabalho acaba gerando um sentimento de supervalorização a determinadas categorias em detrimento de outras. Para o autor que trabalha de modo comparativo, o universo de socialização entre clínicos gerais a auxiliares de enfermagem na França, “a corrida ao dinheiro e à competição não pode, por si só, criar vínculos sociais duradouros e aumentar o Bem-Estar Interno Bruto das nações” (p. 16). Embora a atividade dos catadores ainda seja marcada de maneira mais nítida pelo traço da precarização, a partir desta análise que se baseia na trajetória destes atores ficaremos com a referência do autor que aponta a visão sociológica interacionista contestando essa hegemonia simbólica em torno de determinadas “profissões”.

A questão da profissionalização é assim redefinida pelos interacionistas como um processo geral, e não reservado a certas atividades, a partir do postulado de que todo trabalhador deseja ser reconhecido e protegido por um estatuto e da constatação de que toda “ocupação” tende a se organizar e lutar para se tornar “profissão” (DUBAR, 2012. p. 6)

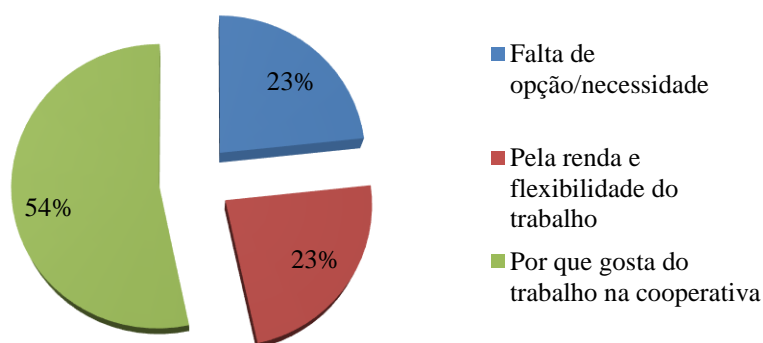
Se o trabalho dos catadores(as) é, ou não, uma atividade profissionalizada, a mesma dúvida não paira sobre o aspecto de socialização que a rotina do trabalho cooperado tem provocado na vida dessas pessoas. No capítulo a seguir veremos, por meio da pesquisa empírica, como a dinâmica da identidade e o trabalho coletivo influenciam a vivência nas cooperativas.

### 3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E IDENTIDADE COOPERADA

#### 3.1 A rotina no interior das associações e cooperativas

Para a realização da pesquisa empírica, aqui exposta, procuramos analisar a impressão que os próprios catadores(as) possuem em relação ao seu trabalho nas cooperativas e associações com o referencial teórico trazido no capítulo anterior. Nossa amostra que buscou obter por meio da aplicação de questionários e entrevistas não estruturadas, algumas das principais percepções dos catadores. Foram entrevistados 30 catadores(as) distribuídos em 5 cooperativas sendo 3 da cidade de Goiânia e 2 da região metropolitana, uma cooperativa de Anápolis e outra de Aparecida de Goiânia. Abaixo trazemos alguns gráficos que servirão de base para nossa análise.

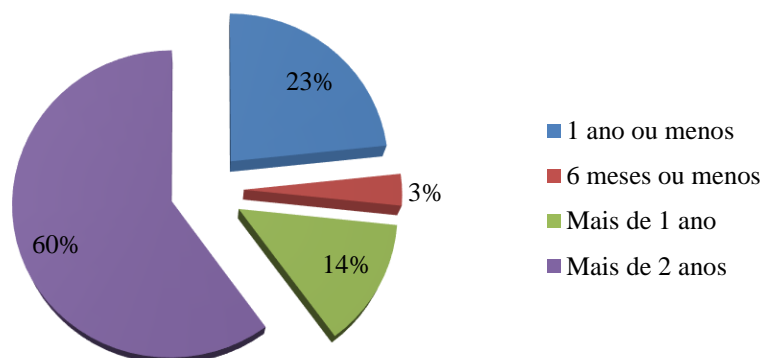
**GRÁFICO 2 - MOTIVOS QUE ENTREVISTADOS TRABALHAM NA COOPERATIVA**



Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

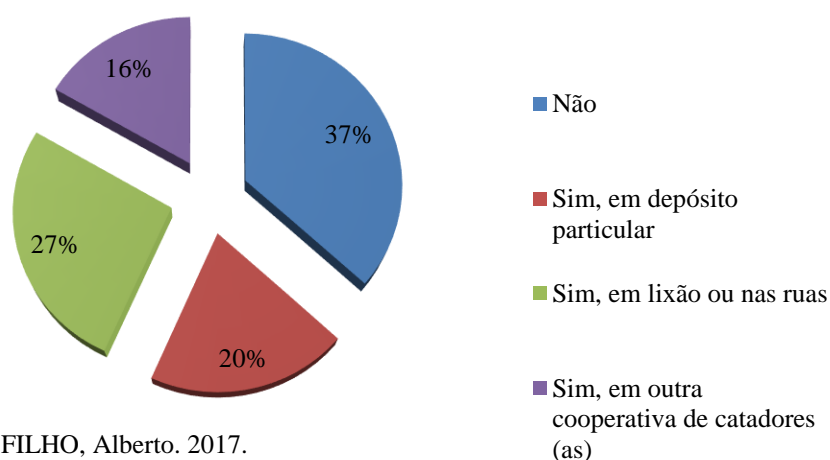
Para 54% dos nossos entrevistados, o principal motivo pelo qual trabalham nas cooperativas é devido ao gosto pela atividade: *“prefiro trabalhar aqui na cooperativa do que de doméstica.” Resposta da atriz (A.)*

É nítido que ao serem indagados sobre o trabalho na cooperativa, os catadores a comparam com atividades de trabalho que remontam, ou ao passado como trabalho que realizavam antes, ou a trabalhos que supostamente poderiam desenvolver mediante uma possível inserção no chamado subemprego.

**GRÁFICO 3 - TEMPO DE TRABALHO NAS COOPERATIVAS**

Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

Embora a rotatividade seja uma das dificuldades das cooperativas, o Gráfico 3 aponta que a porcentagem de trabalhadores que permanecem nas cooperativas por mais de 2 anos é superior ao número de catadores que ficam pouco tempo nas cooperativas. A pesquisa também aponta que, em média, 37% dos membros das cooperativas (Gráfico 4) estão trabalhando com materiais recicláveis após ingressarem nessas entidades.

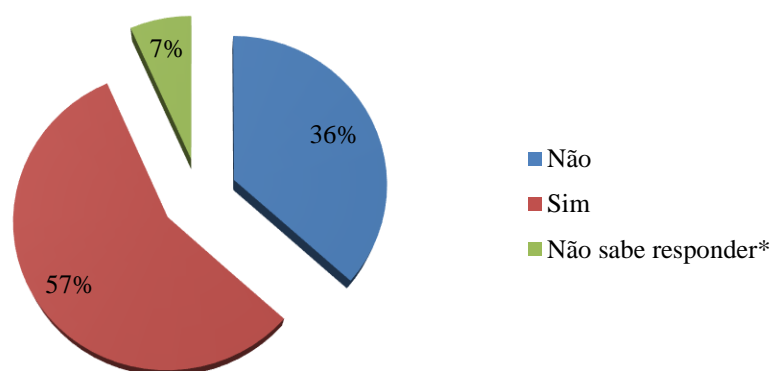
**GRÁFICO 4 - JÁ TRABALHARAM COM RECICLAGEM ANTES DO TRABALHO ATUAL NA COOPERATIVA**

Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

Isso chama a atenção para dois fatores específicos: primeiro, um ponto positivo, nos mostra que essas organizações se afirmam como geradoras de trabalho e renda a pessoas em situação de vulnerabilidade. Segundo, um ponto negativo é o fato de que há ainda certa resistência dos catadores de ruas e lixões em ingressarem nesse formato de trabalho. E, embora haja essa resistência após um período de adaptação, aqueles que já trabalharam em lixões, ou em ruas, conseguem fazer um comparativo entre as duas situações. “Segundo nossos atores <sup>14</sup>, Ator (D) – *“Quando trabalhávamos no lixão a gente era tratado como porcos. Para nossa atriz (C) – “A cooperativa dá mais dignidade para o trabalho, por que não estamos no sol e na chuva e hoje temos mais visibilidade, e voz. Acho que a criação das cooperativas é uma iniciativa positiva. No início essas vantagens não eram percebidas.”*

Outra variável analisada foi a percepção do catador(a) cooperado com relação a sua autoestima. 57% dos entrevistados afirmaram se sentir respeitados pela sociedade (Gráfico 5).

**GRÁFICO 5 - SENTIMENTO DE RESPEITO PELA SOCIEDADE EM RELAÇÃO AO TRABALHO DE COOPERADO**



Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

\* Categoria não estimulada

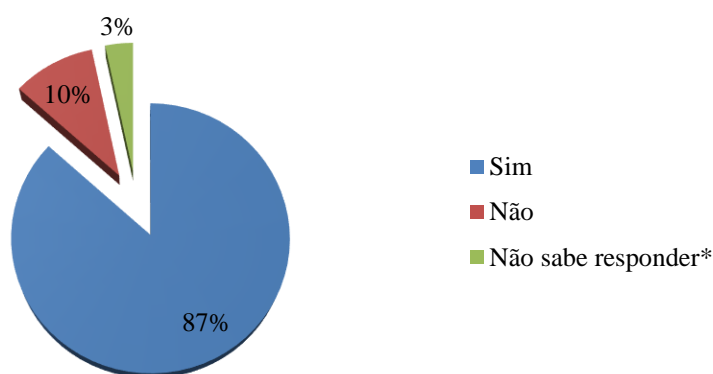
Isso pode ser interessante para analisar o aspecto da autoestima dessas pessoas, na medida em que há certa alteração na própria característica do trabalho com os recicláveis. É possível afirmar, ainda, que essa percepção quanto ao respeito social visto

<sup>14</sup> Ambos cooperados de uma cooperativa da cidade de Anápolis, criada em 2014 após o fechamento do aterro sanitário em determinação do MP-GO.

pelo próprio catador (a) é mais estável entre aqueles que já trabalham na atividade há algum tempo e, principalmente, o grupo que já trabalhou em lixões ou ruas.

A análise da rotina das cooperativas é aqui expressada por variáveis que remontam ao relacionamento interno entre os seus membros e ao grau de pertencimento que estes possuem em relação as suas respectivas entidades. A maioria dos catadores(as) afirmam se sentirem respeitados pelos seus colegas de trabalho e assim evidenciam o carácter de união e coletividade entre eles (Gráfico 6).

**GRÁFICO 6 - SENTIMENTO DE RESPEITO PELOS COLEGAS DE TRABALHO**



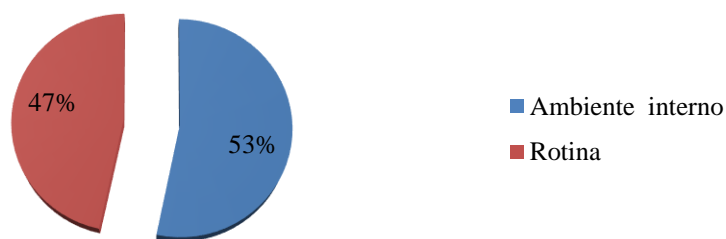
Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

\* Categoria não estimulada

No ambiente das cooperativas, é possível observar que, além de relações de trabalho entre os catadores(as) cooperados(as), existe um certo grau de consciência simbólica do papel de função social das cooperativas. Segundo nossa atriz (G) – *“Aqui nós reciclamos o material e as pessoas”. O país precisa reciclar as pessoas. Aqui tem tudo quanto é gente, até presidiário. Mas nossa missão é ajudar eles a mudarem.*”

Para analisar a satisfação dos catadores sobre suas cooperativas, dividimos esta variável em 2 eixos: no primeiro denominado Ambiente Interno, relacionamos aspectos subjetivos como união, amizade; relacionamento e persistência. No segundo denominado Rotina - Trabalho foi trabalhado aspectos mais objetivos como o trabalho físico, flexibilidade de horários, renda e o fato de não terem patrão. Perguntados sobre os pontos positivos das cooperativas, a maioria dos entrevistados manifestou pelo eixo Rotina – Trabalho como ponto forte da cooperativa como explicitado no gráfico 7.

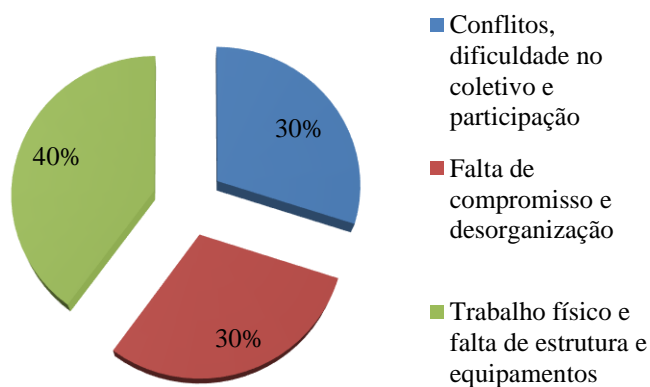
**GRÁFICO 7 - O QUE MAIS GOSTAM NA COOPERATIVA**



Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

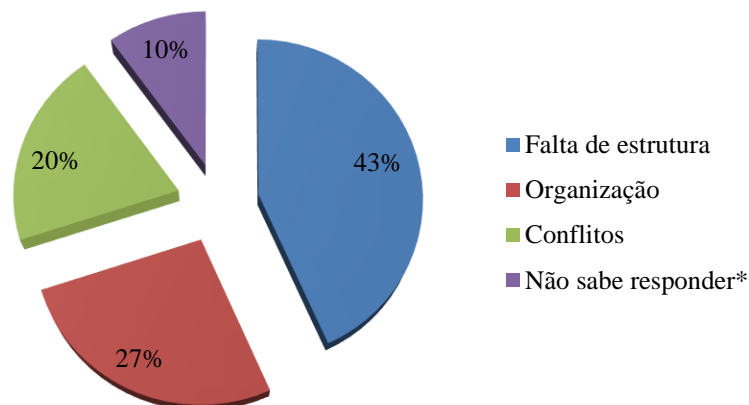
Já para a análise sobre a insatisfação dos cooperados, foi trabalhado como pontos negativos, a partir da pergunta: “O que precisa melhorar”, 3 eixos a seguir:

### Gráfico 8 - Pontos negativos "O que precisa melhorar na cooperativa"



Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

A falta de estrutura e equipamento aparece como a principal ponto negativo das cooperativas segundo a própria percepção dos cooperados (Gráfico 9). Essa percepção foi reforçada ao perguntarmos sobre a principal dificuldade de se trabalhar na cooperativa.

**GRÁFICO 9 - MAIOR DIFICULDADE DE TRABALHAR NA COOPERATIVA**

Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

\* Categoria não estimulada

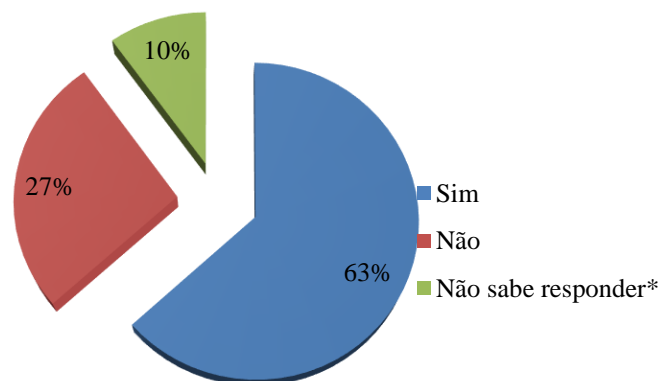
Percebe-se que as relações sociais entre os cooperados ficam em segundo plano, no que se refere aquilo que negativamente afeta o seu trabalho. No entanto, a percepção sobre as dificuldades de organização e a incidência de conflitos aparece com alto percentual dentre os entrevistados. No que tange as cooperativas de catadores, estruturas são, principalmente, os equipamentos e espaço físico, além disso, a própria manutenção das despesas como alugueis, água, luz e telefone. Na medida em que, como vimos anteriormente, somente uma das cooperativas recebe algum tipo de repasse para ajuda custo, essas despesas e a falta de condições estruturais influenciam na renda dos cooperados que, de maneira geral, não recebem pela prestação de serviços ambientais<sup>15</sup> às suas cidades.

A dinâmica do trabalho coletivo traz para os catadores um ambiente onde a participação e a cooperação aparecem tanto como motivadoras de conflitos, quanto como mantenedoras de sua rotina cooperada. Em linhas gerais, o funcionamento dessas entidades é baseado na ideia de autogestão. Todos devem se manifestar sobre os assuntos e participar das tomadas de decisões, das responsabilidades e dos ganhos advindos da atividade dos ESS. No entanto este processo geralmente não ocorre de maneira simples. A análise sobre as cooperativas desta pesquisa mostra que há grupos

<sup>15</sup> A discussão sobre a contratação das cooperativas e associações pelo serviço prestado, já é bastante avançada, sendo uma das diretrizes da própria PNRS. Em estados da região sudeste e sul isso já ocorre com maior frequência. Em Goiás a não contratação das cooperativas reflete bem a falta da preocupação ambiental das prefeituras e do governo do estado.

onde essa dinâmica de participação e cooperação ocorre de maneira mais eficiente e há, também, os casos onde o grupo possui maior dificuldade. Conforme demonstrado no Gráfico 10, a maioria dos cooperados(as) se mostram interessados pelos assuntos da cooperativa e se dizem conhecedores das regras que orientam o trabalho de todos.

#### GRÁFICO 10 - INTERESSE EM PARTICIPAR DOS ASSUNTOS DA COOPERATIVA



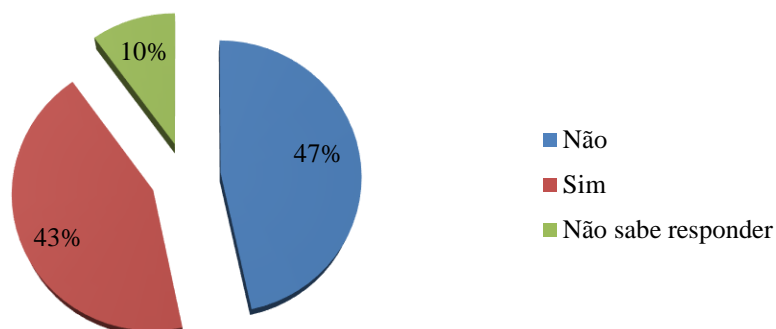
Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

\* Categoria não estimulada

Embora a maioria dos entrevistados, ao serem indagados sobre o seu interesse em participar dos assuntos da cooperativa, esse ainda é um aspecto da rotina cooperada que precisa ser melhor estudado. Para divergir com a resposta dos entrevistados, trazemos os relatos de dois atores (F) e (H) sobre esta relação de interesse e participação dos cooperados nos assuntos e responsabilidades das cooperativas: *“o regimento interno pregado na parede e só não olha quem não quer.”* Ator (F)– *“Poucos são os catadores que se interessam pelos assuntos das cooperativas. No entanto entre os mais antigos há sim certo interesse de participação.”* Ator (H)– *“Na nossa cooperativa a maioria dos cooperados está trabalhando há mais de dois anos, porém, ainda não tem uma visão de responsabilidade da cooperativa. Mesmo com as conquistas recentes, ainda falta as cooperativas serem mais independentes.”*

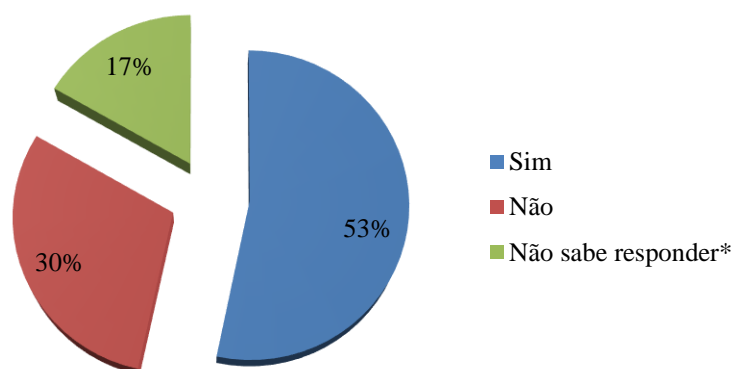
Do ponto de vista do próprio catador embora ele manifeste certo grau de interesse nos assuntos das cooperativas, quando perguntados sobre a participação nas responsabilidades a proporção de responsáveis com a cooperativa, para além do trabalho físico, sofre acentuada queda (Gráfico 11).



**GRÁFICO 11 - RESPONSABILIDADE COM A COOPERATIVA ALÉM DO TRABALHO**

Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

Conhecer as regras, participar das discussões e assumir responsabilidades são aspectos centrais para a autogestão, ou gestão participativa das cooperativas. Contudo, estes processos podem ocorrer com maior ou menor dificuldade, de acordo com cada grupo em particular, e variar de acordo com o tempo sendo, mais ou menos, estável. Historicamente, os catadores moldaram sua atividade por meio de um trabalho individual e imediatista. Em função disso, e da própria estrutura social capitalista que se impõe por meio da valorização excessiva da competição e do consumo, o desenvolvimento desse aspecto autogestionário na rotina dos grupos é muito mais complexo do que se faz parecer.

**GRÁFICO 12 - CONHECIMENTO DAS REGRAS DA COOPERATIVA**

Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

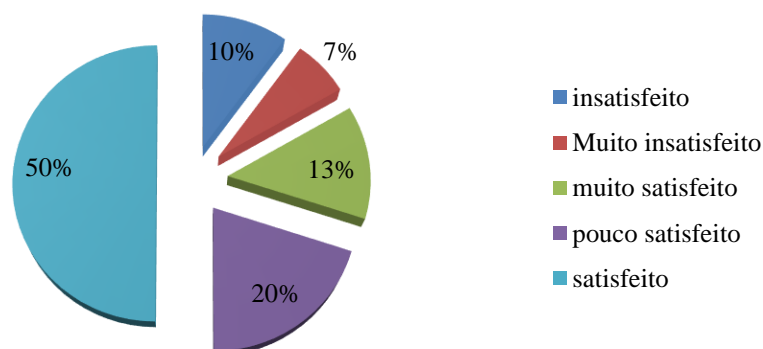
\* Categoria não estimula

O questionamento sobre as regras da cooperativa mostrou que a maioria se diz conhecedoras ao menos das principais regras de funcionamento, como horário de trabalho, forma de rateio das vendas e utilização de uniformes.

Até aqui utilizamos estas variáveis para analisar a rotina do trabalho cooperado nos ESS do nosso escopo. Pudemos ver que a identidade cooperada surge na medida em que, ao menos entre os catadores que tiveram trajetória de trabalho com essa atividade antes, seja em lixões ou ruas, ou em depósitos particulares, conseguem enxergar a valorização da atividade após o ingresso nas cooperativas. Esse sentimento é reforçado na medida em que os laços entre os membros de cada grupo destacam a convivência como ponto mais importante para a manutenção de sua rotina. Essa rotina pode ser, mais ou menos, afetada por essa consciência crítica, ou pela falta dela, sobretudo entre as pessoas que estão nas cooperativas sem terem antes trabalhado nos outros formatos. O fato de que a maioria dos catadores(as) cooperados(as) se sentirem respeitados pela sociedade ao trabalhar numa cooperativa mostra, também, certo sentimento de autoestima presente nos grupos. Quanto a rotina do trabalho coletivo e todos os desafios que ela proporciona, como o interesse pela participação, o conhecimento das regras, a superação de conflitos internos e dificuldades de organização, e mesmo a falta de estrutura, mesmo sem fazer um juízo que explicita o seu caráter funcionamento das cooperativas quanto a sua capacidade produtiva e administrativa, é possível afirmar que esses trabalhadores se mostram razoavelmente satisfeitos com suas cooperativas (Gráfico 12), admitindo, é claro, que elas ainda têm muito a melhorar.

Nossa última variável buscou obter o grau de satisfação dos catadores em trabalhar nos ESS. Para conseguir tal objetivo, foi pedido para cada entrevistado dar uma nota de 1 a 5 sendo 1- muito insatisfeito; 2-insatisfeito; 3-pouco satisfeito; 4-satisfeito e 5 para muito satisfeito. Para fazer esta avaliação os cooperados(as) foi pedido para que os cooperados(as) levassem em consideração o trabalho físico, a estrutura da cooperativa, a renda e o ambiente do grupo.

## Gráfico 12 - Satisfação no trabalho



Fonte: FILHO, Alberto. 2017.

## CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa pudemos ter uma compreensão maior sobre os catadores organizados nas cooperativas e associações de Goiânia e região metropolitana. Embora muito há que ser desenvolvido para que o trabalho dessas pessoas possa ser realizado com as devidas condições, é possível afirmar que, após alguns anos desde suas criações, essas entidades já conseguiram importantes avanços para o universo destes trabalhadores. Nosso objetivo aqui não foi o de avaliar as cooperativas no que se refere o seu grau de eficiência, nem tampouco traçar uma crítica ideológica a respeito da economia solidária e do cooperativismo popular. O foco do esforço, aqui trazido, foi a relação no interior dessas organizações e o que sustenta o funcionamento destes como espaços de socialização dos catadores. Nesse sentido, o objetivo principal aqui foi o de destacar como essas pessoas lidam com a rotina do trabalho e, com isso, analisar o advento das cooperativas como alternativa de inclusão social.

Verifica-se que, somente pela via do objetivo produtivo e financeiro, esses trabalhadores não permaneceriam nas suas cooperativas. O aspecto comunitário é algo presente nas relações socialmente construídas entre os membros e surge como ponto de manutenção dessas entidades. Porém, a rotina do trabalho coletivo não se reproduz apenas por este aspecto, sendo necessário, mesmo que por meio dos acordos, certo grau de coerção (OLSOM, 1999) para que haja regras claras e estas possam orientar e organizar o trabalho. Em todo caso, a alta porcentagem dos trabalhadores que

relacionam a satisfação de trabalharem nas cooperativas e as maiores dificuldades para o trabalho como decorrentes de questões materiais, mostra que, de uma maneira geral, o relacionamento voltado para a realização do trabalho prevalece. O aspecto comunitário é reforçado por um sentimento identitário que se alimenta da narrativa autobiográfica em torno da categoria e tenta promover as cooperativas como um lugar de família e amizade entre seus membros. A identidade do catador(a), enquanto uma categoria defendida via MNCR, trouxe para essas pessoas um lugar de destaque nas discussões sobre a gestão dos resíduos no país, conciliando o papel social desempenhado pelos catadores(a) a uma identidade de resistência (CASTELLS, 1999) que tem proporcionado o direcionamento de ações do poder público e da iniciativa privada. No caso do estado de Goiás, a partir de nosso escopo, é nítido que ainda falta apoio aos catadores(as). Porém, pela via da mobilização entre as cooperativas e entidades parceiras, avanços importantes foram conquistados como a criação de programas de coleta seletiva, a cessão de equipamentos e a construção de galpões atualmente em andamento. Essa consciência de classe decorrente de uma identidade do catador(a) cooperado(a) pode ser, mais ou menos, percebida no interior das entidades, pode ainda variar de acordo com as características de cada grupo e ser, também, reflexo do próprio grau de desenvolvimento dos grupos. Assim, na medida em que os catadores se reconhecem de modo mais acentuado, há maior valorização do trabalho entre eles e, conseqüentemente, melhores resultados em termos de organização, renda e ambiente interno.

É claro que este fato não exclui a incidência de conflitos em função da percepção por boa parte dos membros pela insatisfação com a condição de estarem na cooperativa por falta de opção, ou a própria falta de compromisso de alguns colegas. Nesses casos onde a rotina cooperada é mais complexa, seja pelo relacionamento interno, seja pela falta de estrutura, as cooperativas encontram dificuldades para seu funcionamento e isso acaba sendo refletido em sua própria capacidade de produção e, conseqüentemente, na geração de renda para seus membros. Se realmente, segundo os próprios catadores(as) cooperados(as), o relacionamento interno aparece como uma dificuldade menor em relação a falta de apoio e estrutura, isso pode ser fruto de um outro estudo que leve em conta, de maneira mais específica, os aspectos organizacionais e administrativos.

Outro fator importante a ser analisado é que o trabalho realizado pelos catadores nas cooperativas, já apresenta distinção com relação ao trabalho dos catadores de ruas e lixões, sendo esta característica percebida pelos próprios catadores. Há, também, certo

entendimento de que a atividade laboral com a reciclagem realizada por eles é melhor do que trabalhos considerados como subempregos, seja pelo tipo de serviço como, por exemplo, a atividade das empregadas domésticas, seja pelo fato da subordinação a uma relação de trabalho mais rígida em relação a que acontece no interior das cooperativas.

Com isso, concluímos que as cooperativas, tanto são promotoras da inclusão social para os catadores, quanto também são alternativas de trabalho e renda para pessoas que as procuram com esse determinado interesse. Apesar das dificuldades visíveis aos olhos, percebe-se um alto sentimento de reconhecimento e pertencimento às cooperativas que contribuí para a sua existência.

## REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos no Brasil**, 2016. Disponível em: <[http://www.abrelpe.org.br/panorama\\_edicoes.cfm](http://www.abrelpe.org.br/panorama_edicoes.cfm)>. Acessado em: Acesso em 15 de nov. 2017.

ARROYO, João C. Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário** – 1º Ed. – SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BRASIL; **Lei N° 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui e Política Nacional de Resíduos Sólidos; Brasília DF, 2010.

BRASIL; **Lei N° 12.690** de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; Brasília DF, 2012.

CAETANO, Regiane. A “cultura do lixo”, seus estigmas e relações com coletores de materiais recicláveis. XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL, 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI. **Anais do 15º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**. Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT30-11.pdf>>. Acessado em 10 de dez de 2017.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. Paz e Terra. Vol. II, São Paulo, 1999.

CANÇADO, Airton C. **Autogestão em Cooperativas Populares: os desafios da prática** – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

CUNHA, Marina R. **Lixo, identidade e trabalho: a construção da identidade dos catadores de materiais recicláveis associados de Goiânia**. Revista Sociedade e Cultura, p. 53-61. Goiânia, 2011.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Ed. Edições Afrontamento, 2006.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Trad. Fernanda Machado. **Cadernos de Pesquisa**. vol. 42 n.146 p.351-367, 2012.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Trad. Eduardo Brandão – 2º ed. São Paulo; Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Organizado por MICHAEL SCHRÖTER. Tradução: VERA RIBEIRO. ED. ZAHAR, Rio de Janeiro 1994.

FILHO, Alberto; BELLO, Carlos. **Cooperativas Populares de Goiânia**: Alternativa para inclusão de catadores tendo como base o processo Autogestionário. Artigo apresentado no evento II Encontro Pró-Catador em BSB, 2014. Disponível em: <<https://www.cdes.gov.br/jspui/bitstream/11451/1122/1/054%20-%20Artigo.pdf>>. Acessado em 10 de dez de 2017.

HOWLETT, M. Ramesh; ANTHONY, Perl; **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas; uma abordagem integradora. Tradução técnica de Francisco G. Heidemann. – Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2013.

IBGE, **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**, Brasília, 2008.

IPEA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**; Brasil, 2013.

IPESA. **Do Lixo a Cidadania**: Guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Org. Júlio Ruffin Pinhel, Ed. Peirópolis, 2013.

JESUS, Maria Carolina. **O quarto do despejo**. Edição popular. Ática & Francisco Alves, SP. 1960.

LOPES, Rosana M. Por uma história do lixo. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.3, n.1, Artigo 6, jan./abril. 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica à economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 3º ed. São Paulo. Nova Cultural 1988.

MNCR. **Cartilha de Formação Nível 1**, Caminhar é resistir; SP, 2010.

NUNES, Christiane G.. Cooperativas; uma possível transformação identitária. **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1-2, v. 16, p. 134-157, 2001.

NUNES, Débora. **Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária**: Uma aplicação da pedagogia da participação - São Paulo: Annablume, 2009.

OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva. Os benefício públicos e uma teoria dos grupos sociais. Trad. Fábio Fernandez. Editora USP.

ROSA, Nina Gabriela M. Braga. **Identidade**: Anthony Giddens e Norbert Elias. Revista HUMANIDADES EM DIÁLOGO, VOL I, N. I, NOV. p. 135-148. 2007.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

VALE, Ciro de S. **Custos ambientais, sociais e econômicos da escolha inadequada de local para a disposição final de resíduos sólidos urbanos: o caso de Juiz de Fora, Niterói**, 2007.

VIANA, Nildo. **Manifesto autogestionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.